

A controversa questão do distanciamento temporal na conceituação do romance histórico e em suas versões contemporâneas

Doutorando Donizeth Santosⁱ (USP)

Resumo:

Uma das grandes controvérsias que há na conceituação do romance histórico e em suas versões contemporâneas (novo romance histórico, no entender de Fernando Ainsa e Seymour Menton, e metaficção historiográfica para Linda Hutcheon) é o distanciamento temporal entre o tempo de vida do autor e a ação narrada. Para a maioria dos críticos literários é necessário que a ação do romance, ou pelo menos a maior parte dela, seja centrada num tempo anterior ao período de vida do romancista. Dessa forma, e levando-se em consideração que Georg Lukács, o primeiro teórico do romance histórico, colocou Balzac no grupo dos romancistas históricos como um dos seguidores da técnica de Walter Scott, afirmando que o romancista francês “criou um tipo superior e até então desconhecido de romance histórico” (LUKACS, 1966, p.94), que é a representação do presente como história, este texto apresenta uma reflexão sobre essa controvérsia, verificando se realmente há necessidade de que o distanciamento temporal tenha um peso maior que o diálogo com a história e sua representação na caracterização de um romance histórico.

Palavras-chave: Literatura e História, romance histórico, novo romance histórico, metaficção historiográfica, ficção histórica

Um assunto que tem me intrigado desde que comecei a pesquisar as teorias existentes sobre o romance histórico é o distanciamento temporal exigido pela maioria dos críticos literários para que um romance possa ter essa qualificação, pelo fato de que, embora pareça haver um certo consenso crítico de que a obra deva ter sua ação narrada num passado distante, não vivenciado diretamente pelo autor, ainda há, a meu ver, muitas divergências e incoerências sobre a questão, que, de Georg Lukács, o primeiro teorizador, às recentes teorizações sobre o novo romance histórico feitas por Fernando Ainsa (1991) e Seymour Menton (1993), e a metaficção historiográfica de Linda Hutcheon (1991), ainda me parece mal resolvida.

Georg Lukács, em sua obra *La novela histórica* (1966), escrita entre 1936 e 37 mas publicada somente em 1955 na Alemanha, definiu as bases teóricas do romance histórico e traçou a sua evolução desde os romances de Walter Scott, tomados como paradigma, até o início do século XX, encerrando-se a sua reflexão com a análise das obras históricas de Romain Rolland. Nesse percurso abordado, Lukács identificou quatro estilos de romance histórico: 1 - clássico: representado pelas obras de Walter Scott, Alessandro Manzoni, Fenimore Cooper, Alexandr Pushkin e Liev Tolstói; 2 - romântico: cultivado por Alfred Vigny e Vitor Hugo; 3 - realista: romances de fundo histórico escritos por Gustave Flaubert, Conrad Ferdinand Meyer e Guy de Maupassant; 4 – humanista e democrático: representado por obras históricas de Anatole France, Stefan Zweig, Feuchtwanger, Bruno Frank, Heinrich Mann e Romain Rolland.

Dentre esses estilos, Lukács elegeu o romance histórico clássico de Walter Scott e seus seguidores como modelo padrão, aquele que a seu ver melhor representava o subgênero. Nesse modelo scottiano, o romance histórico

representa as grandes transformações da história como transformações da vida do povo. Seu ponto de partida está sempre na apresentação das influências na vida

cotidiana do povo por parte das importantes modificações históricas, e na apresentação das modificações materiais e psíquicas provocadas por elas nos seres humanos que, sem dar-se conta de suas causas, reagem sem embargo a elas de forma imediata e veemente. Partindo dessa base, elabora as complicadas correntes ideológicas, políticas e morais que por força surgem nessas transformações. (LUKÁCS, 1966, p. 52-53)¹

Para Lukács, importa para um romance ser histórico, não o fato histórico em si, e sim as repercussões que ele provocou na vida de uma determinada sociedade numa determinada época, ou seja, que a "especificidade histórica do tempo da ação condicione o modo de ser e agir das personagens" (WEINHARDT, 1995, p. 53). Nesse sentido, o mais importante é que o romancista represente literariamente como as pessoas que viveram um acontecimento histórico foram afetadas por ele e como reagiram a ele, através do entrelaçamento entre história e ficção, conforme a visão aristotélica do que foi (o fato histórico) e do que poderia ter sido (a reação das pessoas/personagens) (ARISTÓTELES, 1998). Desse modo, como bem observou Fredric Jameson (2007), o romance histórico deve mostrar a intersecção entre os acontecimentos históricos e as existências individuais agrupadas em sociedade.

Por essa razão é que nesse modelo de romance histórico as personagens principais não devem ser históricas, e sim personagens fictícias, medianas, populares, cujos destinos pessoais possam estar ligados ao destino histórico-social de uma coletividade, ou seja, que suas vivências possam ser o reflexo do destino do povo numa determinada época, que possam reagir de forma imediata aos acontecimentos históricos, enquanto que as personagens históricas devem ser todas secundárias, por serem elementos que atuam diretamente na história.

Lukács contrapõe o romance histórico scottiano ao modelo de romance histórico romântico, cultivado por Vigny e Victor Hugo, criticando nestes a utilização de personagens históricas como protagonistas de seus romances, recurso que, segundo ele, tira a reação imediata do povo aos acontecimentos históricos pelo fato dos protagonistas serem agentes da história; e também contrapõe o modelo scottiano ao romance histórico de tendência realista, representado por obras de Gustave Flaubert, Conrad Ferdinand Meyer, Guy de Maupassant, identificando neste estilo a decadência do subgênero por causa da representação grandiosa e decorativa, da desumanização da história e, principalmente, porque o passado se torna uma fuga do presente.

Por último, sem deixar de apontar alguns aspectos positivos no romance histórico humanista e democrático, que corresponde ao modelo praticado em sua época, critica neste a utilização de personagens históricas como protagonistas e também a falta de relação entre o passado histórico e o presente, característica essencial, em sua concepção, para o autêntico romance histórico.

No entanto, um problema se faz presente na conceituação de romance histórico de Lukács: a questão temporal. Ele não estabelece qual o tempo necessário de distanciamento necessário entre o autor e a história narrada para que um romance possa ser qualificado de histórico. Ao partir dos romances de Walter Scott ambientados na Idade Média (*Ivanhoé*) ou no século XVI (*Waverley*), Lukács dá a entender que o romance histórico seja uma narrativa de um tempo distante, bem anterior ao tempo vivido pelo escritor, pois conforme observa Antonio Roberto Esteves, a estrutura do romance histórico clássico de Scott obedecia a dois princípios básicos:

1 – Ação do romance ocorre num passado anterior ao presente do escritor, tendo como pano de fundo um ambiente histórico rigorosamente reconstruído, onde figuras históricas reais ajudam a fixar a época, agindo conforme a mentalidade de seu tempo.

¹ As citações extraídas das obras de Georg Lukács (1966), Amado Alonso (1984), Donald McGrady (1962) e Seymour Menton (1993) foram traduzidas pelo autor.

2 – Sobre esse pano de fundo se situa a trama fictícia, com personagens e fatos criados pelo autor. Tais fatos e personagens não existiram na realidade, mas poderiam ter existido, já que sua criação deve obedecer a mais estrita regra de verossimilhança. (ESTEVES, 1995, p. 24)

Mas, ao eleger como fator determinante para a caracterização do romance histórico o modo de representação literária, Lukács coloca Balzac no grupo dos romancistas históricos como um dos seguidores da técnica de Walter Scott, afirmando que o escritor francês “criou um tipo superior e até então desconhecido de romance histórico” (LUKÁCS, 1966, p.94), que é a representação do presente como história.

Dessa forma, para Georg Lukács o fator determinante de um romance histórico é o modo de representação literária e a maneira com que a ficção dialoga com a história e não o distanciamento temporal, embora o autor mencione a conexão passado-presente que o romance histórico deve ter, constituindo a “pré-história do presente”. Sendo assim, desde que haja a especificidade histórica do tempo da ação condicionando o modo de ser e agir das personagens, conforme Weinhardt (1995), com a intersecção entre os acontecimentos históricos e as existências individuais agrupadas em sociedade, conforme Jameson (2007), um romance pode ser considerado histórico mesmo que aborde um período diretamente vivido pelo escritor, como mostra o exemplo de Balzac, ainda que, devido a proximidade temporal, talvez não possa ser totalmente considerado como uma “pré-história do presente”.

Em 1942, talvez ainda sem ter conhecimento do trabalho pioneiro de Lukács, Amado Alonso publica *Ensayo sobre la novela historica* (1984) pelo Instituto de Filologia da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires. Neste ensaio, também pioneiro no estudo do romance histórico, Alonso faz uma abordagem muito semelhante à de Lukács, embora com juízos e critérios diferentes, todavia restringindo-se sua reflexão até o romance histórico realista, concentrando sua análise em Walter Scott, Alessandro Manzoni e Gustave Flaubert. Para Alonso, o romance histórico

não é simplesmente aquele que narra ou descreve fatos passados ou reais, nem mesmo – como se costuma aceitar convencionalmente – aquele que narra fatos relacionados à vida pública de um povo, mas sim, aquele que tem como proposta fundamental reconstruir um modo de vida passado e apresentá-lo como passado, considerando a distância temporal somada aos genuínos sentimentos que a grandiosidade desperta no leitor. (ALONSO, 1984, p. 80)

Essa definição de Amado Alonso foi interpretada por Donald McGrady em *La novela histórica en Colombia*, publicada em 1962, como sendo o romance histórico uma narrativa que retrata um modo de vida passado de um tempo anterior ao autor, descartando-se dessa modalidade todos os romances que são ambientados num período contemporâneo ao romancista. Para dar maior peso à sua interpretação, McGrady observa que esta opinião também é compartilhada pelos críticos Jon Bucham, Arnold Bennett e Leslie Stephen.

No entanto, ele reconhece o grande problema que é interpretar “essa época anterior ao autor” e se questiona: “É suficiente que os acontecimentos históricos sejam anteriores em um ano à data de publicação do romance? Ou deveriam ser mais distantes no tempo?” Para respondê-las lembra que Leslie Stephen sugere um lapso de 60 anos entre o fato histórico abordado e o tempo da aparição do livro, enquanto que Alfred Tresidder Sheppard considera 50 anos um tempo conveniente.

McGrady lembra também que para o romancista alemão Friedrich Spielhagen o romance histórico é “aquele que pinta um tempo sobre o qual a luz da memória da geração presente já não cai com sua plena força”, reconhecendo que essa definição muito subjetiva permite ao romancista

histórico abordar eventos ocorridos durante seu período de vida, se julgá-los pertencentes a uma época já ultrapassada.

Por fim, McGrady rende-se à conveniência de acompanhar a opinião da maioria dos críticos que consideram que o “tempo reproduzido no romance histórico deve ser anterior em muitos anos ao nascimento do romancista” (Ibid., p. 27), sem, no entanto, delimitar o número de anos que deveriam ser transcorridos, deixando, assim, o seu próprio questionamento sem uma resposta satisfatória.

Em 1951 vem à luz a definição sobre o distanciamento cronológico entre o fato narrado e o tempo de vida do autor que mais polêmica tem causado, a do professor argentino Enrique Anderson Imbert, que dos anos 90 para cá tem sido retomada constantemente, seja para concordar com ela ou para contestá-la, como faz, por exemplo Seymour Menton, Márquez Rodriguez e Magdalena Perkowska.

Na opinião de Anderson Imbert (apud. MENTON, 1993, p. 33), romances históricos são “aqueles que contam uma ação ocorrida em um época anterior ao do romancista”, definição, aliás, muito semelhante à feita por Donald McGrady, e que, provalmente, deve também ter sido influenciado pela concepção daquele, dada a distância de uma década entre os dois estudos.

Seymour Menton, em *La nueva novela histórica de la América Latina* (1993), retoma a definição de Imbert para fundamentar a sua análise sobre a mutação que o subgênero teve na América Latina. Ele concorda com a definição feita pelo professor argentino de que a distância mais apropriada é que a história narrada esteja situada em “uma época anterior a do romancista”, argumentando que essa conceituação é mais condizente com os objetivos principais do seu livro que eram comprovar o predomínio do novo romance histórico sobre outros tipos de romance no período compreendido entre 1979 e 1992. Coerente com esta definição, o crítico exclui do seu estudo vários romances com evidentes marcas históricas pelo fato de apresentarem grande parte de seu conteúdo ambientado num período histórico vivido pelo escritor, conforme mostra o trecho citado abaixo:

Contudo, de acordo com essa definição, estão excluídos desse estudo alguns romances renomados que, apesar de suas dimensões históricas, abrangem, mesmo de forma parcial, experiências vivenciadas sutilmente pelo autor: *A morte de Artemio Cruz* (1962) de Carlos Fuentes, *Sobre heróis e tumbas* (1962) de Ernesto Sábato, *Conversa na catedral* (1969) de Mario Vargas Llosa, *O recurso do método* (1974) de Alejo Carpentier e *O romance de Perón* (1985) de Tomás Eloy Martínez. Também se excluem os romances que tratam sobre as várias gerações de uma mesma família como *Cem anos de solidão* de Gabriel García Márquez e *Os Capelli* de Yolanda Camarano de Sucre, os dois de 1967, tendo em vista que a geração mais jovem apresentada na obra coincide com a geração do autor. (MENTON, 1993, p.33-34)

Mas antes de afirmar a sua opção pela definição de Imbert, que apenas diz que o tempo narrado deve ser anterior ao tempo de vida de quem escreve, sem delimitar um número exato de anos que devem ser transcorridos, Menton também cita a opinião de outros críticos literários sobre a distância temporal entre o fato narrado e a vida do escritor que um romance deve ter para ser considerado histórico. Segundo ele (Ibid.), Avrom Fleishman exclui do rol dos romances históricos todos aqueles que não estão separados do autor em, pelo menos, duas gerações, enquanto que a definição proposta por David Cowart é excessivamente ampla, pois não impõe regras temporais e considera como romance histórico toda “ficção em que o passado figura com certa importância”, incluindo em seu estudo obras literárias ambientadas no futuro, desde que estas sejam consequências do passado ou do presente, como, por exemplo, *1984*, de George Orwell. Já Raymond Souza concorda com a definição ampla de Cowart e se empenha em analisar as diferenças filosóficas e estilísticas entre a história e a ficção, sem tocar diretamente no romance histórico como

subgênero romanesco, enquanto que Joseph W. Turner propõe uma definição tripla: o romance histórico documentado, o disfarçado e o inventado, sugerindo também a possibilidade de uma categoria cômica. Menton observa que por mais que seja interessante esta definição em categoria, ela não serve para a análise do romance histórico na América Latina por este ser uma combinação (ou fusão) de duas, três, ou até mesmo de quatro dessas categorias definidas por ele.

Há também as vozes que discordam da rigidez dos critérios adotados por Amado Alonso, Anderson Imbert, Donald McGrady e Seymour Menton. Uma dessas vozes discordantes é a de Marquez Rodriguez (1991) que em seu ensaio *Evolución y alcances del concepto de novela histórica* retoma a definição de Imbert para constestar o seu critério de excluir do rol dos romances históricos todas as narrativas que não apresentem uma distância cronológica entre os fatos narrados e o ato de narrar que ultrapasse o período de vida do romancista, fato que faz o professor argentino não aceitar em hipótese nenhuma como históricos romances que retratem um tempo vivido pelo escritor. Segundo Mariléia Gärtner,

Márquez Rodriguez se coloca contrário a esse posicionamento, pois, com o enorme desenvolvimento alcançado pelos meios de comunicação, nas últimas décadas, os acontecimentos (mesmos os memoráveis) são absorvidos imediatamente, de modo bem diferente do que acontecia no passado, quando os fatos produziam significados e transcendiam com muita lentidão. Para ele, o que dá caráter histórico a um acontecimento não é a distância entre o narrador e o autor, mas a condição intrínseca do fato de que por sua vez influencia os acontecimentos posteriores a ele, e com os quais tem alguma relação. (GÄRTNER, 2006, p. 37)

Em consonância com Márquez Rodriguez está Magdalena Perkowska (2008, p. 43) que inclui em seu estudo sobre o novo romance histórico latino-americano obras ambientadas em um passado recente, como *Santa Evita*, de Tomás Eloy Martinez, observando que o critério utilizado por Seymour Menton e Anderson Imbert, de que o romance histórico aborde um tempo passado não diretamente experimentado pelo autor, se tornou um “requisito obsoleto” diante da vivência contemporânea (e pós-moderna) da história. Segundo ela,

a televisão, a imprensa e a internet aceleraram a percepção dos acontecimentos: o bombardeio informativo faz com que o presente quase imediatamente se convierta em passado. A temporalidade é vivida de uma outra maneira no fim do século XX e começo do século XXI, assim as categorias formuladas no início do século XX para referirem-se às obras do XIX já são antiquadas. /.../ Portanto, não tem sentido insistir em uma distância temporal que já não convence ninguém e parece, além do mais, encerrar os textos num suposto objetivismo histórico-realista, uma camisa de força de que eles tentam liberar-se. (PERKOWSKA, 2008, p. 23-24)

Cabe também incluir neste grupo de críticos que fazem uma revisão do rígido conceito estabelecido por Anderson Imbert e que defendem critérios mais flexíveis para a conceituação de romance histórico o nome de Linda Hutcheon (1991) que, mesmo adotando outra nomenclatura para a sua teorização e nem mesmo fazendo qualquer menção ao distanciamento cronológico de Imbert ou de qualquer outro crítico, em sua *Poética do Pós-modernismo* (1991) não estabelece nenhuma delimitação de tempo entre o fato narrado e o ato de narrar para a caracterização do romance histórico pós-moderno, denominado por ela de metaficção historiográfica, cuja principal característica consiste na subversão da história através da ironia e da paródia, e tanto a ação narrada pode acontecer num passado distante quanto num passado recente, e assim romances como *Cem anos de solidão*, de Gabriel Garcia Marquez, e *Shame*, de Salman Rushdie, que não seriam considerados romances históricos pela maioria dos críticos literários especializados são classificados por ela como metaficções historiográficas.

No entanto, o próprio Seymour Menton, com toda a rigidez e coerência de seus critérios, que desclassificou da categoria de romances históricos inúmeras obras que travam um profundo diálogo com a história pelo fato de terem parte de sua ação narrada num período contemporâneo ao seu autor, acabou por se contradizer e inseriu na análise do novo romance histórico latino-americano o romance *Respiração artificial*, do argentino Ricardo Piglia, obra cuja ação se passa num período diretamente vivido pelo autor. Menton se justifica com estas palavras:

De acordo com os aspectos dialógicos e paródicos de alguns dos Novos Romances Históricos, convém alterar minha própria definição sobre o romance histórico para discutir um dos NRH mais originais: *Respiração artificial* (1980) de Ricardo Piglia (1940)...

Repensando minha definição referente ao romance histórico, a maioria dos diálogos e cartas de *Respiração artificial* situam-se no fim da década de 70. (MENTON, 1993, p. 190)

No Brasil, os professores Antonio Roberto Esteves e Heloisa Costa Milton, mesmo alinhados com essa definição da crítica que prevê um tempo abordado não vivido pelo autor para que romance seja histórico ou novo romance histórico, também abrem uma exceção e analisam no artigo "O novo romance histórico hispano-americano", publicado em *Estudos de literatura e linguística*, o romance *Santa Evita* (1995), de Tomás Eloy Martínez, uma obra que também foge à classificação convencional por ser ambientada num passado recente.

Dessa forma, não há apenas divergências entre críticos sobre a temporalidade do romance histórico, mas também incoerências e contradições dentro dos critérios estabelecidos por eles, por mais rígidos que eles sejam, como nos mostra o caso de Seymour Menton. Geralmente, quanto se analisa o romance histórico, parte-se do estudo pioneiro de Georg Lukács, mas percebo que pouca atenção se dá à análise que ele faz de Balzac, ao fato dele ter afirmado que o romancista francês criou "um tipo superior e até então desconhecido de romance histórico" (LUKACS, 1966, p. 94) que é a representação da história recente, e em contrapartida leva-se muito mais em conta o fato dos outros romancistas analisados por Lukács terem elaborados obras ambientadas num tempo distante do período vivido pelo escritor, criando-se a impressão de que se um romance não for ambientado numa época longínqua, não basta que ele trave um profundo diálogo com a história para que ele possa ser considerado como histórico, e desse modo a temporalidade ganha mais importância que a representação literária e o entrelaçamento estabelecido entre ficção e história dentro do texto.

Penso que deve haver critérios bem estabelecidos e coerentes, pois uma definição ampla como a de David Cowart, compartilhada também por Raymond Souza, seria tão redutora e prejudicial quanto a rigidez de Avrom Fleishman ou de Anderson Imbert, pois assim qualquer obra que tivesse o passado com certa importância ou que se referisse mesmo que ligeiramente à história seria considerada como um romance histórico. Mas há a necessidade urgente de se discutir e rever certos requisitos exigidos que não cabem mais na nossa época.

Nesse sentido, creio que Magdalena Perkowska está correta em considerar o distanciamento cronológico exigido por Imbert e Menton como um "requisito obsoleto" diante da vivência contemporânea da história, não vendo "sentido nenhum em insistir numa distância temporal que já não convence ninguém". E também considero pertinente a observação de Márquez Rodríguez de que "o que dá caráter histórico a um acontecimento não é a distância entre o narrador e o autor, mas a condição intrínseca do fato de que por sua vez influencia os acontecimentos posteriores a ele, e com os quais tem alguma relação" (apud. GÄRTNER, 2006, p.37). Vejamos um acontecimento como o 11 de setembro, passado há dez anos. Embora seja um acontecimento recente, presenciado pela maioria da população do planeta, creio que ninguém seria capaz de negar a sua historicidade e o quanto ele influenciou os acontecimentos históricos e políticos posteriores a ele.

Para finalizar, na esteira dos últimos comentários que envolveram observações sobre o avanço tecnológico que mudou a nossa percepção do tempo, fazendo com que as informações envelheçam rapidamente e com isso um fato importante acontecido hoje dentro de pouco tempo já se torna passado, faço a seguinte indagação: um romance que abordasse o *impechemeant* de Fernando Collor, que travasse um diálogo com aquele período histórico em que convivíamos com inflação altíssima, utilizávamos discos de vinil, fitas cassetes, aparelhos de fax, bips, enquanto que o computador, a internet e o celular ainda não faziam parte de nosso dia a dia, não seria considerado histórico pelo fato do autor e de todos nós termos vivenciado aquela época?

Referências Bibliográficas

- ALONSO, Amado. *Ensayo sobre la novela histórica*. Madrid: Gredos, 1984.
- ARISTÓTELES. *Arte retórica e arte poética*. Trad. Antônio Pinto de Carvalho. 16 ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1998.
- ESTEVES, Antonio Roberto; MILTON, Heloisa Costa. O novo romance histórico hispano-americano. In: MILTON, H. C. & SPERA, J. M. S. (Org.) *Estudos de literatura e lingüística*. Assis: FCL-UNESP, 2001. p. 85-120.
- ESTEVES, Antonio Roberto. *Lope de Aguirre: da história para a literatura*. São Paulo: FFLCH – USP, 1995 (Tese de doutorado).
- GÄRTNER, Mariléia. *Mulheres contando histórias de mulheres: o romance histórico brasileiro contemporâneo de autoria feminina*. Assis: FCL – UNESP, 2006 (Tese de doutorado).
- HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Trad. Ricardo Cruz. Rio de Janeiro, 1991.
- JAMESON, Fredric. O romance histórico ainda é possível? *Novos estudos CEBRAP*. São Paulo, nº 77, p. 185-203, março de 2007.
- LUKÁCS, Georg. *La novela histórica*. Mexico: Era, 1966.
- Mc GRADY, Donald. *La novela histórica en Colombia: 1844 – 1959*. Bogotá: Editorial Kelly, 1962.
- MENTON, Seymour. *La nueva novela histórica de la América Latina. 1979-1992*. México: FCE, 1993.
- PERKOWSKA, Magdalena. *Histórias híbridas: la nueva novela histórica latinoamericana (1985-2000) antes las teorías posmodernas de la historia*. Madrid: Iberoamericana, Frankfurt: Vervuert, 2008.
- WEINHARDT, Marilene. *O romance histórico no Sul*. São Paulo: FFLCH – USP, 1995 (Tese de doutorado).

i Donizeth SANTOS, Doutorando

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo (USP)
donizeth.santos@hotmail.com